

A PSICOLOGIA TEM RESISTIDO ÀS TENTATIVAS DE RETROCESSO. NESTES QUASE 23 ANOS, MUITAS TENTATIVAS DE DERRUBADA DA RESOLUÇÃO, AFIRMANDO-A INCONSTITUCIONAL, FORAM FEITAS POR GRUPOS RELIGIOSOS. MAS O STF FINALIZOU ESTA HISTÓRIA AFIRMANDO SUA REGULARIDADE E POSSIBILIDADE ENQUANTO REGRA PRÓFISSIONAL.

- ANA MERCÊS BAHIA BOCK

**AMAR NÃO É DOENÇA: A RESOLUÇÃO Nº 01/99 COMO MARCO NA DEFESA
DOS DIREITOS LGBTQIA+
ENTREVISTA COM ANA MERCÊS BAHIA BOCK¹ E LUÍS FERNANDO DE OLIVEIRA
SARAIVA²**

*LOVE IS NOT A DISEASE: RESOLUTION Nº 01/99 AS A MILESTONE IN THE DEFENSE OF
LGBTQIA+ RIGHTS
INTERVIEW WITH ANA MERCÊS BAHIA BOCK AND LUÍS FERNANDO DE OLIVEIRA SARAIVA*

Péricles de Souza Macedo³

Isabel Ceccon Iantas⁴

1 INTRODUÇÃO

A resolução 01/99 do Conselho Federal de Psicologia que proíbe a patologização da homossexualidade, marcou um divisor de águas na defesa dos direitos da população LGBTQIA+ no âmbito do Sistema Conselhos. Foi um marco zero das políticas de diversidade sexual e de gênero no CFP.

A trajetória da resolução é marcada por contradições, sofrendo inúmeros ataques de grupos conservadores da sociedade, mas, também resistindo e criando possibilidades de enfrentamento e de afirmação de uma sociedade onde caibam todas as vidas. Ao mesmo tempo em que sua criação representou um avanço nas políticas de diversidade sexual e de gênero, também houve reiterados ataques, cujo enfrentamento se deu e se dá de forma sistematizada e coletiva por militantes de movimentos sociais e por entidades da psicologia brasileira.

1 Professora titular do programa de pós-graduação em Educação: Psicologia da Educação da PUC-SP. Presidente do Instituto Sílvia Lane de Psicologia e Compromisso Social. Foi presidente por três gestões do Conselho Federal de Psicologia (CFP).

2 Psicólogo e bacharel em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da USP (2005). Mestre em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pelo IPUSP (2011). Doutor em Psicologia Social pelo IPUSP (2016). Pós-doutorado em Educação pela FEUSP (2019). Foi Conselheiro do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, gestões 2010-2013 e 2013-2016, atuando como Conselheiro-Secretário e Conselheiro Presidente da Comissão de Ética. Tem atuado principalmente nos seguintes temas: Psicologia Social, Psicologia Escolar, família, atuação profissional em Psicologia, modos de subjetivação, políticas públicas, processos de inclusão-exclusão, assistência social, ética profissional.

3 Péricles de Souza Macedo. Graduado em Psicologia pela UNINOVE/SP. Mestrando em Psicologia Social pela PUC-SP. Membro do Grupo de Pesquisa CNPq "a dimensão subjetiva da desigualdade social e suas diversas expressões" liderado pela professora Ana Bock. Especialista em Gestão Pública em Saúde pela UNICAMP e em Gestão de Pessoas: Carreiras, Liderança e Coaching pela PUC-RS. Kursou aperfeiçoamento em Orientação à Queixa Escolar pela USP. Aperfeiçoamento em Educação, Pobreza e Desigualdade Social pela UFMA. Conselheiro do Conselho Regional de Psicologia do Maranhão e membro da Comissão de Direitos Humanos desta autarquia.

4 Graduada de Direito na Universidade Federal do Paraná - UFPR.

Entende-se que a história da resolução 01/99 se confunde com a história de conflitos presentes na sociedade brasileira cujos atravessamentos sempre estiveram presentes nas políticas sexuais.

A professora Ana Mercês Bahia Bock estava à frente do CFP à época da construção dessa resolução e foi uma de suas precursoras, e o professor Luís Fernando de Oliveira Saraiva, durante sua trajetória como psicólogo no Sistema Conselhos, encampou várias lutas na defesa da resolução. Faz-se mister nesse momento de intenso aprofundamento do conservadorismo na sociedade, trazer à baila o contexto histórico que possibilitou a emergência da resolução, de modo a pensarmos por meio da tridimensionalidade do tempo passado-presente-futuro em possibilidades de enfrentamento e resistência aos ataques conservadores cotidianamente direcionados a esse segmento populacional.

2 ENTREVISTA COM ANA MERCÊS BAHIA BOCK

Qual era o contexto de emergência da Resolução nº 01/99 do Conselho Federal de Psicologia?

Ana Mercês Bahia Bock: Estávamos na gestão do Conselho Federal de Psicologia e recebemos contato do grupo Gay da Bahia dando informação de que aconteceria um Congresso religioso e que se prometia curar gays a partir do atendimento e trabalho de um psicólogo. O grupo da Bahia pedia medidas do CFP por considerar que não se poderia misturar religião com psicologia. Entramos em contato com o psicólogo e lhe perguntamos sobre seu trabalho. Ele nos deu todas as informações pedidas negando a relação religião-prática profissional, mas trabalhava, sim, para a cura gay. Dentre nossos recursos para questionar seu trabalho, não havia nada que diretamente afirmasse esse impedimento. Era necessário debater o assunto e construir a resolução que pudesse ser utilizada em casos como aquele. Reunimos 5 profissionais de grande reconhecimento no campo da psicologia e que tinham alguma relação com o assunto (um deles trabalhava no HC em São Paulo no setor de cirurgias para mudança de sexo; outra trabalhava com o tema da sexualidade em escolas, em um grupo importante neste campo; outra era terapeuta e lidava com a questão, enfim, reunimos nomes de grande reconhecimento no tema). Este grupo debateu a questão e com base em documentos da OMS e de outras instituições de referência mundial, afirmou: não se pode curar o que não é doença. Então fizemos o texto da resolução que foi amplamente discutido pelos Conselhos Regionais em todo o país. Somente depois de todo o processo, aprovamos a resolução CFP 01/99.

Em sua opinião, o que esta resolução representou para a profissão e para a comunidade LGBTQIA+?

Ana Mercês Bahia Bock: A resolução colocou a psicologia em dia com as regras internacionais de Direitos Humanos e de retirada da homossexualidade do catálogo de doenças. Foi uma vitória para a psicologia e para a comunidade LGBTQIA+. A Psicologia estava atrasada em relação a esta questão. Muitos profissionais do campo ainda tratavam a homossexualidade como doença ou distúrbio.

Considerando o contexto sócio-histórico à época da construção da resolução, marcado por preconceitos, exclusões e conservadorismo, quais os avanços e retrocessos que você percebe no que diz respeito à atuação da psicologia junto a esse público?

Ana Mercês Bahia Bock: Acho que só houve avanços. Anos depois, outra gestão do CFP vai atualizar novamente a resolução incluindo a transexualidade. A Psicologia tem resistido às tentativas de retrocesso. Nestes quase 23 anos, muitas tentativas de derrubada da resolução, afirmando-a inconstitucional, foram feitas por grupos religiosos. Mas o STF finalizou esta história afirmando sua regularidade e possibilidade enquanto regra profissional. E as psicólogas têm utilizado a resolução como referência importante. O grupo religioso constituiu uma chapa nas últimas eleições do CFP e perdeu, obtendo poucos votos na categoria. Portanto, tenho uma boa avaliação sobre a importância da resolução como referência para a categoria profissional.

A profissão de psicólogo é marcada por disputas políticas, o que significa que existem projetos para a profissão e existem projetos que nitidamente representam uma ameaça aos direitos da população LGBTQIA+, inclusive com proposta de cura para a homossexualidade, o que é vedado hoje pela resolução 01/99, quais desafios você percebe que estão postos para a profissão, considerando este aspecto?

Ana Mercês Bahia Bock: Há disputas na categoria que não passam por este assunto, ou seja, há um enorme consenso sobre este tema. Mas, como adiantei na pergunta anterior, houve um grupo que se organizou para o enfrentamento nesta questão. O cenário do país possibilitava isto e mesmo as tentativas de derrubada da resolução permitiram a organização daquele campo. Mas não conseguiram nada. Nós temos feito o debate a partir da relação ciência e religião. Nada na ciência, hoje, afirma a patologia neste campo. Apenas a religião faz isto. E ciência é laica!

Considerando a conjuntura atual marcada por pautas conservadoras, o que isto representa para a psicologia, para uma atuação consonante aos princípios da profissão e as ameaças que isto pode representar para a conquista dos direitos da população LGBTQIA+?

Ana Mercês Bahia Bock: Acho que já lhe respondi. O atraso e o conservadorismo neste campo não têm atingido a psicologia como profissão. Nas faculdades, na formação, se debate o assunto; nos congressos da psicologia se debate o tema e não há retrocessos. A Psicologia tem resistido às investidas do conservadorismo. A decisão do STF foi importante neste assunto.

Ana, como você percebe a contribuição da psicologia para a afirmação das diferenças, para o enfrentamento das desigualdades e para o enfrentamento ao conservadorismo que se alastra pelo país de forma nunca antes vista?

Ana Mercês Bahia Bock: A Psicologia tem entendido cada vez mais que: Psicologia rima com democracia! Hoje, sabemos que a saúde mental depende das condições de vida, das possibilidades de expressão das pessoas, da capacidade e liberdade de organização para fortalecimento das vozes e para os embates sociais. Por isto, defendemos a democracia como possibilidade real de saúde mental!

Ana, gostaria que você concluísse com uma mensagem à sociedade e ao público LGBTI+ contrapondo a ideia de patologização das identidades trans e da homossexualidade, a partir da psicologia que você defende alinhada à defesa dos direitos humanos e com compromisso social.

Ana Mercês Bahia Bock: O mundo avançou em especial nas questões da sexualidade. Temos ainda muitas lutas a realizar no campo do racismo, da violência contra mulheres e crianças, na valorização da vida e contra o fascismo. Em todas elas, o avanço significa também impedir que o pensamento patologizante a invada e se instale nela. A Psicologia tem escapado destas visões (que marcaram seu desenvolvimento no Brasil em tempos iniciais da profissão e da ciência) aderindo aos Direitos Humanos. Hoje, temos reconhecimento como profissionais que trabalham na defesa dos direitos humanos e direitos sociais. Temos nos dado conta do tamanho da desigualdade social que caracteriza nossa sociedade; temos

debatido a importância da aceitação da diversidade em nossa sociedade e em nossas posições. Sabemos que a sexualidade é um campo importante de debate, de atuação e posicionamento da Psicologia. Não vamos recuar. Não passarão!

2 ENTREVISTA COM LUÍS FERNANDO DE OLIVEIRA SARAIVA

Luis, sabemos que você possui destacada militância no campo de defesa dos direitos da população LGBTQIA+. Gostaria que você comentasse sobre sua militância como psicólogo defensor dos direitos desse público.

Luís Fernando de Oliveira Saraiva: Minha trajetória na militância em defesa dos direitos da população LGBTQIA+ vem se dando sobretudo em três eixos: vida acadêmica/produção de conhecimento, profissão, e prática profissional. Diria ter se iniciado na vida acadêmica, durante meu mestrado, em que estudei processos de pedagogização sobretudo de experiências homoeróticas masculinas, atravessados por uma tendência homogeneizadora e higienizadora, de forma a produzir experiências identitárias mais estáveis e conformadas a regras sociais pré-estabelecidas. Quer dizer, me dediquei a pensar como sujeitos tomam a orientação sexual como um elemento importante na definição de suas existências, com uma forte tendência à cooptação de suas forças disruptivas, que acabam por redundar em existências mais “limpinhas”, menos “promíscuas” e mesmo menos sexualizadas – não à toa, são fortes a defesa de que nós LGBTQIA+ somos apenas uma outra forma de “amar” e a luta pelo reconhecimento legal de famílias homoafetivas e homoparentais –, o que implica sujeitos mais adequados e adaptáveis ao mundo que temos. Essas são algumas das ideias centrais que lastreiam minha militância de um modo geral, atrelada à necessidade de desfamiliarizarmos nossa existência e o mundo, tema que discuti em meu doutorado. Acredito que minha militância se consolidou em minha atuação no Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, nas gestões entre 2010 e 2016, que abordarei mais adiante. Nos últimos tempos tenho me dedicado a uma militância, digamos, micropolítica, que atravessa minha prática profissional como psicoterapeuta e na educação permanente sobretudo de professores e profissionais da educação. No primeiro caso, uma parcela significativa de meus pacientes é composta principalmente por gays, lésbicas e bissexuais, que muitas vezes já se depararam com atendimentos psicológicos onde se viram alvo de práticas preconceituosas, moralistas, correcionais. Mas a militância em meu consultório não se restringe ao atendimento dessa população; essa é uma militância que necessariamente é comprometida com o enfrentamento de microfascismos que habitam cada um de nós e que nos faz menos afeitos às diferenças e às possibilidades de diferir. Isso significa fazer uma clínica implicada com a ampliação de modos de vida. E esse talvez seja o grande princípio que rege meu trabalho na formação de profissionais da educação.

PRECISAMOS, ENTÃO, EXPLORAR OS CONTEXTOS DE VIDA DAS PESSOAS, BEM COMO PROBLEMATIZAR SUAS EXPECTATIVAS E CRENÇAS A RESPEITO DE UMA SUPOSTA CURA E EXPLORAR POSSIBILIDADES DE EXPERIMENTAÇÃO DE SEUS DESEJOS E VONTADES E DE NEGOCIAÇÃO E CONCILIAÇÃO COM SEUS VALORES PESSOAIS, CULTURAIS, MORAIS, RELIGIOSOS.

- LUÍS FERNANDO DE OLIVEIRA SARAIVA

Sabemos que a resolução 01/99 do CFP sofre reiteradas ameaças de sustação, fale um pouco de sua militância em defesa dessa resolução no período em que você esteve no Conselho Regional de Psicologia de São Paulo.

Luís Fernando de Oliveira Saraiva: Como disse, fui conselheiro no CRP SP durante as gestões de 2010-2013 e 2013-2016, momentos cruciais para a atuação profissional em questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero. Apesar das então recentes conquistas, como a equiparação das uniões homoafetivas às heteroafetivas, a partir do entendimento do Superior Tribunal Federal em maio de 2011, nos surpreendemos com a apresentação de um Projeto de Decreto Legislativo, o PDC 234/11, que previa a suspensão de partes da Resolução CFP 01/99, justamente aquelas que proibiam a atuação de psicólogos visando o tratamento ou cura das homossexualidades e seu pronunciamento público em uma perspectiva patologizante. O argumento trazido à época era de que o Conselho Federal estaria extrapolando seu poder de atuação, ao restringir o trabalho de psicólogos e o acesso de pessoas LGBTQIA+ a serviços psicológicos, já que supostamente pessoas em conflito com sua orientação sexual e/ou identidade de gênero e que buscassem algum tipo de tratamento que visasse alterá-las não poderiam ser atendidas por profissionais. Esses são argumentos completamente falaciosos e mentirosos e o que pouco se fala é que o projeto apresentado era uma cópia de um projeto apresentado em 2009, cujo autor, o ex-deputado Paes de Lira, afirmou à imprensa que considerava as homossexualidades um “distúrbio comportamental” e que o CFP estaria perseguindo uma psicóloga do Rio de Janeiro que praticava atendimentos que visavam a reorientação sexual de seus pacientes. Essa é apenas uma das confirmações de que o projeto tinha um viés completamente patologizante, que considerava experiências não cisgêneras e não heterossexuais como desvios a serem corrigidos. Explicitar esse caráter patologizante, que nada tem a ver com a garantia do direito à saúde ou à autonomia profissional, foi estratégico para inviabilizar o projeto. Para tanto, apostamos na campanha “Não há cura para o que não é doença”, de forte apelo midiático e popular, já que entendemos como fundamental dialogar com a sociedade como um todo, além de articular com movimentos sociais e com deputados federais, o que implicou no arquivamento do projeto. Em 2016, entretanto, um novo projeto de lei foi apresentado (PL 4931/2016), dispendo sobre o “direito à modificação da orientação sexual em atenção à Dignidade Humana”, ao tornar facultativo ao “profissional de saúde mental” realizar terapias reorientativas. O projeto foi arquivado apenas em 2019. Ainda em 2016, participei da elaboração de um importante instrumento de orientação ao exercício profissional de psicólogos, a Nota de Orientação CRP SP 01/2016, que dispõe sobre o atendimento psicológico a pessoas em conflito com sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. A Nota reconhece que há pessoas que desejam se tornar heterossexuais e cisgêneros e traz informações sobre como os profissionais devem proceder nesses casos.

Como você percebe a atual conjuntura sócio-política de conservadorismo com defesa de pautas autoritárias e os riscos que ela representa à garantia dos direitos da população LGBTQIA+?

Luís Fernando de Oliveira Saraiva: Em primeiro lugar, é importante situarmos a emergência de discursos conservadores anteriormente aos horrores do atual governo federal; eles vêm sendo gestados há muito tempo e agora, ao que parece, ganharam força – e talvez alguma hegemonia. Discutimos muito essa ideia no livro que organizei com Belinda Mandelbaum, “Família, contemporaneidade e conservadorismo”, lançado em 2017. Esses discursos são atravessados por pautas anti-igualitárias, que questiona e reage a conquistas obtidas por certos grupos sociais. No caso de LGBTQIA+ - e também de mulheres -, há uma defesa da “tradição”, com uma especial atenção àquilo que de mais íntimo e pessoal na vida alheia, em um embate cada vez mais cultural, comportamental, moral. Essas pautas tão autoritárias se dão no encontro entre forças ultra neoliberais, militaristas, fundamentalistas religiosas. Costumamos ouvir que a crise brasileira é múltipla: política, econômica, sanitária, ambiental, ética, estética... Acrescento um elemento: a crise é também subjetiva. Há uma disputa por modos de subjetivação; quer dizer, luta-se para produzir certos modos de existência.

Uma pauta que parece passar despercebida nesse contexto, por exemplo, tem a ver com as disputas que envolvem as definições de família. O Projeto de Lei 6583/13, que visa instituir o Estatuto da Família é uma das coisas mais assustadoras com que me deparei nos últimos tempos. A princípio, apenas visa definir família como a união estável entre um homem e uma mulher e seus filhos ou um dos genitores e seus filhos, estabelecendo, assim, um único modelo de família, a nuclear, de base cisheterossexual, monogâmica – um explícito ataque às famílias homoafetivas e homoparentais, que acaba por atingir uma infinidade de formas-família (irmãos adultos que vivem juntos, por exemplo, não seriam mais considerados família). Mas isso não é o pior: ao definir quem é família, o projeto abre brechas para que apenas essa família possa contar com a proteção especial do Estado brasileiro por meio das políticas públicas. Há uma clara tentativa de hierarquizar quais vidas merecem ser vividas – e protegidas pelo Estado. A família tem sido usada para defender, assim, horrores sem fim – basta lembrarmos a luta contra a nefasta “ideologia de gênero” empreendida por conservadores, sob os argumentos de que questões que envolvam sexualidade e gênero de crianças e adolescentes sejam de âmbito estritamente familiar, o que acaba por desproteger esses sujeitos, deixando-os à própria sorte de suas famílias.

Como a psicologia pode encampar uma resistência aos retrocessos aprofundados pela atual conjuntura?

Luís Fernando de Oliveira Saraiva: Cada vez mais tenho apostado em lutas micropolíticas, o que envolve pensarmos quais processos de subjetivação temos acionado em nossos trabalhos como psicólogos. Desde as últimas eleições presidenciais, tenho me questionado continuamente o que vínhamos fazendo em nossos consultórios, nos CRAS, nas UBS, CAPS, etc, para que pessoas que atendemos se conectarem tão facilmente com ideias não apenas conservadoras, mas sobretudo fascistas, já que atacam e tentam eliminar posições divergentes e toda forma de diferir. Isso, a meu ver, é efeito da despolitização de nosso trabalho. Partindo das ideias foucaultianas, entendo que nosso trabalho há de ser político, pois necessariamente se dá em relações de poder; poder é verbo, é ação sobre ação; nosso trabalho é uma ação que intervém em outra ação, e no que temos intervindo? Nosso trabalho não pode ser apaziguador, restrito a sintomas variados e à restituição de um suposto estado de normalidade – normalidade esta costumeiramente adoecida e mortificante, produtora de faltas, que conecta as pessoas com o que há de mais impotente em suas vidas. Restituir esse caráter político é fundamental, o que não significa uma ação doutrinadora, como setores conservadores têm acusado aqueles que defendem um campo mais progressista, tampouco a lógica “conscientizadora” que tem sido também habitual em certas psicologias, que tendem a acreditar que o que falta ao mundo e às pessoas são informações e conhecimento, sendo necessário acessar uma suposta verdade ocultada por estruturas ideológicas, como se isso fosse suficiente para produzir transformações efetivas. Essa lógica também aposta em explicações macropolíticas, estruturantes, quase sempre generalizáveis e abstratas – apesar de quererem o oposto disso –, restringindo possibilidades de diálogo e contágio. Em um plano micropolítico, nos cabe indagar como cada um de nós nos conectamos mais ou menos com forças que hierarquizam vidas, que dizem quais delas valem mais a pena de serem vividas, quais podem ser eliminadas ou deixadas à própria sorte; como nos conectamos com vontades de poder, de controle, e mesmo de uma identidade fixa, pré-moldada – algo que tem sido usual nas discussões sobre sexualidade e gênero e que muitas vezes leva a práticas psicológicas que buscam descobrir quem somos “de verdade”, enquanto que talvez o principal objetivo de nosso trabalho seja produzir a possibilidade de recusarmos quem somos, imaginando e construindo o que poderíamos vir a ser, outrando-se. No plano micropolítico, atuamos pela afetação, em uma companhia diligente e atenta aos movimentos e possibilidades de movimentação na vida. Mas, talvez, a principal contribuição da psicologia seja despsicologizar; uma psicologia, então, que se apresente como menos imprescindível à sociedade, ao mundo.

Quais as alternativas para o enfrentamento ao conservadorismo e ao autoritarismo que se alastram pelo país e que atingem frontalmente o público LGBTQIA+?

Luís Fernando de Oliveira Saraiva: Acho que as discussões foucaultianas sobre o cuidado de si nunca foram tão pertinentes. No exercício da liberdade, Foucault destaca a importância do cuidado de si. Cuidar de si, ocupar-se de si mesmo, não simplesmente como um princípio de vida, mas como uma prática constante, diuturna. Mais do que uma atitude, uma atividade real, concreta – e uma tarefa prioritária, que exige se conhecer e se formar, superando a si mesmo, dominando em si “os apetites”, desejos que nos dominariam. Isso requer uma atenção a detalhes, a pormenores, àquilo que parece não ter importância. Mas essa está longe de ser uma prática individualizante ou individualizadora: o cuidado de si se faz na relação com o outro e implica o cuidado dos outros; quer dizer, governar-se bem para bem governar o mundo. Os princípios trazidos por Foucault em seu texto “Introdução à vida não fascista”, também me parecem alentadores. Destacaria dois deles: não ser um militante triste e não exigir da ação política que ela restabeleça os “direitos” do indivíduo. Em primeiro lugar, precisamos combater com urgência o ressentimento que tem muitas vezes habitado as militâncias e as formas de militar, fruto de uma certa “mágoa” ou mesmo “nojo” pelas pessoas não aceitarem nossas boas ideias e boas intenções, redundando em um imobilismo e derrotismo sem fim ou na ideia de que só é possível fazer algo em outro mundo, após uma revolução que não chega (e não chegará, ao menos nos moldes que se espera). A saída para isso é buscar encontros alegres, que potencializem potências e que nos permitam contagiar mais e melhor. O segundo princípio parte da seguinte ideia: o indivíduo é produto do poder e, queiramos ou não, práticas inclusivas ou garantidoras de direitos também implicam em trazer as pessoas mais para dentro das relações de poder. É preciso irmos para além da questão de direitos, o que não significa simplesmente abrir mão deles, admitindo a precarização da vida. Precisamos ir além, nos indagando se os direitos que nos foram dados são suficientes para uma vida verdadeiramente potente. Nesse sentido, para Foucault, o que precisamos é desindividualizar – pela multiplicação.

Qual mensagem você gostaria de deixar aos psicólogos que insistem em patologizar as identidades trans e propõem cura para a homossexualidade?

Luís Fernando de Oliveira Saraiva: Em primeiro lugar, precisamos reconhecer que, sim, há pessoas que vivenciam intensos conflitos com sua orientação sexual e/ou identidade de gênero, desejando deixar de ser o que são e de desejar o que desejam, tornando-se heterossexuais e cisgêneros. Sim, há quem sofra com isso e pode se beneficiar de serviços psicológicos. Mas isso não basta. É necessário que sempre nos perguntemos como um sofrimento é produzido na vida de alguém. Quando nos indagamos sobre isso, facilmente

nos depararemos com desencontros entre o modo de vida de um sujeito e expectativas e valores sociais, familiares, comunitários, pessoais; nos depararemos também com o medo da discriminação, de preconceitos, de violências, de exclusões; nos depararemos, enfim, com as mais diversas situações de lgbtfobia. Precisamos, então, explorar os contextos de vida das pessoas, bem como problematizar suas expectativas e crenças a respeito de uma suposta cura e explorar possibilidades de experimentação de seus desejos e vontades e de negociação e conciliação com seus valores pessoais, culturais, morais, religiosos. Considero fundamental que nos indaguemos diuturnamente, em cada uma de nossas práticas, se estamos normatizando existências. “Cura gay”, como popularmente ficaram conhecidos os tratamentos de reorientação sexual, não se dá apenas em comunidades terapêuticas de cunho religioso, como bem retratado no livro e filme *Boy Erased*, mas no cotidiano dos serviços psicológicos. Fazer “cura gay” é falar que um sujeito “faz sintomas homossexuais”, dizer que desejos homoeróticos são “uma fase” que há de passar, é culpabilizar quem sofre humilhações na escola por ter comportamentos “não heterossexual” por ter tais comportamento, é recomendar que meninos brinquem mais com meninos (e meninas, com meninas), como me narraram diversos pacientes em meu consultório, ou estabelecer uma regra não escrita (mas perfeitamente operante) de proscrever candidatos homossexuais à formação em sociedades psicanalíticas, como mostrou Lucas Bulamah. Aderir a práticas reorientativas, correccionais, significa intensificar o sofrimento dessas pessoas e reduzir possibilidades de existências dignas e potentes. Significa, nas palavras de Luis Antonio Bapstita, ser aliado de atos genocidas e amolar facas que esquartejam vidas.

Recebido em 28/11/2021

Aceito em 12/01/2022